XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação **(XVII ENANCIB)**

GT 10 – Informação e Memória

TÍTULO: VONTADE DE ARQUIVO: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E DISPOSITIVO

TITLE: ARCHIVE WILL: INFORMATION, MEMORY AND *DISPOSITIV*

Derek Warwick da Silva Tavares[1], José Mauro Mathues Loureiro[2], Débora Adriano Sampaio[3]

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente trabalho e resultado das discussões ocorridas no âmbito do Projeto "Informação, Cultura e Memória" desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Tem como objetivo analisar as dinâmicas do fenômeno informação nas construções da memória social desenvolvidas no interior dos espaços arquivísticos privilegiando a noção de "dispositivo", tal como elaborada na obra de Michel Foucault. Nesse sentido, refletiu-se acerca das lógicas e valores presentes em tais construções inter-relacionando informação/memoria social através do uso da noção de "dispositivos de informação" em suas relações com os quadros da construção e preservação da memória social. Consideramos ainda as teorias e ações informacionais adotadas nas instituições arquivísticas, sobretudo, as técnicas de avaliação e seleção documental para elaboração dos "dispositivos de informação", buscando com isso identificar as estratégias arquivísticas que constroem, condicionam e atualizam a memória em seu aspecto coletivo e social. Considerou-se então que os dispositivos de informação, atuam sob condições múltiplas, e os arquivos como instrumentos de uma vontade particular que opera por meio de agenciamentos na execução e criação dos dispositivos de memória coletiva e/ou social.

Palavras-chave: Informação. Dispositivo. Dispositivo de Informação. Arquivo. Memória.

[1] Professor do Instituto de Ciência da Informação - UFBA. Departamento de Documentação e Informação - DDI.

[2] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

[3] Universidade Federal do Cariri

Abstract: *The present work and results of discussions held within the project "Information, Culture and Memory" developed under the Program of Graduate Studies in Information Science from the Federal University of Paraíba. It aims to analyse the dynamics of the information phenomenon in the construction of social memory developed within the archival spaces favouring the notion of "dispositiv" as elaborated in the work of Michel Foucault. In this sense, it reflected about the logic and values present in such interrelating constructions information/social memory through the use of the notion of "information dispositiv" in its relations with the frames of the construction and preservation of social memory. Still considering the theories and informational actions taken in archival institutions, especially the valuation techniques and documentary selection for preparation of "information dispositiv", seeking it identifying the archival strategies that build, condition and update the memory in its collective aspect and social. It was considered then that information dispositiv operate under multiple conditions, and the archives as instruments of a particular will that operates through assemblages implementation and creation of collective memory dispositiv and/or social.*

Keywords: *Information. Dispositiv. Information dispositiv. Archives. Memory.*

INTRODUÇÃO

No interior dos arquivos, diversas técnicas são aplicadas no sentido de estabelecer a seleção, a norma, a organização e a classificação dos acervos documentais. Esta última, segundo Michel Foucault denota que o princípio geral da classificação[4] é característico do Ocidente de uma ciência de cunho positivista. A arquivística tem realizado enquanto tal tipo de ciência uma aproximação com tais abordagens na tentativa de configurar-se enquanto ciência. Ao fazer tal incursão, ela opta por princípios fundamentais de classificação, seleção e a avaliação, compondo estruturas de categorização da informação em busca do estabelecimento de uma "verdade" para o conteúdo informacional arquivístico e seu acesso.

São essas práticas empregadas no arquivo a partir de enunciados específicos, que formulam discursos e desenvolvem práticas sociais de subjetivação por meio dos documentos e das ações documentárias. Com base dessa compreensão é que se propõe estudar as construções da memória no interior dos arquivos articulando-a com os dispositivos de informação.

Nesse sentido, buscamos analisar as dinâmicas do fenômeno informação nas construções da memória social desenvolvidas no interior dos espaços arquivísticos privilegiando a noção de "dispositivo", tal como elaborada na obra de Michel Foucault.

[4] Tal classificação geral é abordada por Michel Foucault a partir dos gabinetes de história natural surgidos nos meados do século XVIII.

Pretende-se ainda, refletir acerca das lógicas e valores presentes em tais construções, empregando a noção de "dispositivos de informação". Sob este aspecto, reflete-se também sobre a inter-relação informação/memória social, bem como a noção de "dispositivo de informação" em suas relações com os quadros da construção e preservação da memória social. Consideramos ainda as teorias e ações informacionais adotadas nas instituições arquivísticas, sobretudo, as técnicas de avaliação e seleção documental para elaboração dos "dispositivos de informação", buscando com isso identificar as estratégias arquivísticas que constroem, condicionam e atualizam a memória em seu aspecto coletivo e social.

A CIRCUNSCRIÇÃO: DISPOSITIVO E INFORMAÇÃO

Em sua abordagem aos "dispositivos", Foucault descentraliza o seu foco de pesquisa dos quadros do "Discurso[5]" (e*pistemé*) para os aspectos do "não discursivo". Dessa nova perspectiva emerge a noção de "dispositivo", caracterizado resumidamente como a tomada do dito e do não dito, ou seja, do discursivo e do não discursivo, estabelecendo uma rede entre tais elementos capazes de descrever uma determinada formação histórica (FOUCAULT, 2010, p. 244). A partir da denominada "virada genealógica[6]" que ocorre no pensamento de Michel Foucault a partir, sobretudo, de uma problemática envolvendo o campo dos discursos, compreendido como saberes, e o campo do poder, compreendido como relações de força. Nesse momento, diferentemente da arqueologia que buscava investigar a racionalidade discursiva, a genealogia pautará seus estudos na *Herkunft*, ou seja, na proveniência dos elementos aqui pensados como o dispositivo.

Dessa forma, na perspectiva de Michel Foucault, a noção de "dispositivo"[7] decorre, sobretudo, da problemática que envolve os seus estudos com relação às **"**ordens do discurso**"**. Assim, ao trazer à tona a relação saber/poder, Foucault estabelecerá uma diferença entre aquilo que denominou de "Epistemé"[8] e os dispositivos. Centralizada, sobretudo, nos aspectos discursivos, a "epistemé" tornou-se, nos últimos estudos de Foucault, um tipo de processo que necessitaria ser observado sob outros aspectos, isto é: não discursivos. Assim, os "dispositivos" serão entendidos por Foucault como:

> um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] (Ou ainda) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. (FOUCAULT, 2010, p, 244).

---

[5] Discurso entendido como um conjunto de enunciados que unidos formam uma "ordem" que se constitui como poder ou lugar de poder.

[6] O termo "virada" tem sido utilizado pelos pesquisadores do pensamento de Michel Foucault, como Castro (2009), para denotar as mudanças teórico-metodológicas que ocorreram no decorrer das pesquisas foucaultianas e que tornaram possível a analise dos problemas a partir de novas noções, como dispositivos e governamentalidade.

[7] Embora se perceba na conceituação de Dispositivo, certos elementos presentes nos primeiros projetos de pesquisas de Michel Foucault, tais como o saber e o poder, de certa maneira, sua aparição somente acontecerá em meados da década de 1970, quando os seus estudos se voltam para uma perspectiva genealógica.

[8] Por Epistemé, Foucault entende os seus estudos cujos objetivos estavam centrados nas análises das emergências de saberes e discursos na sociedade. Ou ainda, "como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro." (FOUCAULT, 2010, p. 247).

Na condição de elemento heterogêneo, o dispositivo se diferencia da "Epistemé" justamente no sentido em que esta última adota como unidade apenas o elemento discursivo, enquanto que o primeiro engloba tanto o elemento discursivo quanto o não discursivo em suas análises, tornando-se um tipo de investigação cuja análise recai sobre inúmeras condições, ou seja, da ordem do saber, do poder e da subjetividade. Desse modo, o discursivo e o não discursivo tornam-se elementos heterogêneos de investigação que têm como base os "dispositivos".

Neste caso, partimos do princípio de uma provável *infopolítica*, onde a informação é compreendida no sentido técnico heideggariano. Em *Ensaios e Conferências*, Heidegger (2008) aponta para uma condição de estudo do que seria técnica, mas que não a conceba como elemento técnico (instrumental). Em vista disso, afirma que:

> A técnica não é igual à essência da técnica. [...] Assim também a essência da técnica não é, de forma alguma, nada de técnico. [...] Questionar a técnica significa, portanto, perguntar o que ela é (HEIDEGGER, 2008, p. 11).

A política, por sua vez, é compreendida como o meio por onde o homem é capaz de produzir efeitos sociais. Essa *Infopolítica* buscaria, então, estabelecer em nossa sociedade as formas, as estruturas, as funções, as ações, enfim, os regimes de informação[9] que serão a via não somente de escape, mas também de produção e circulação de tudo que será passível de ser identificado como informação. Somos levados consequentemente, a considerar que enquanto elemento de sentido, controle, poder e subjetividade, a informação se coloca como dispositivo moderno/contemporâneo de uma *infopolítica*, que tem por principal característica atuar perante os homens na formalização e na condução de suas vivências através de "dispositivos de informação".

A utilização da noção de "dispositivo" para o estudo do fenômeno informação, no campo da Ciência da Informação, se deu no escopo dos estudos de **"**política de informação**"** com Frohman (1995) e Gonzalez de Gomez (1996). As abordagens resultaram na formulação de um conceito e de uma estratégia de investigação a partir da ideia de "regime de informação"[10]**;** conceito que se aproxima do conceito de **"**regime de verdades**"** postulado por Michel Foucault. Os "regimes de verdade" para este último, atuam sob formas de veridicção,

[9] Nas palavras de Gonzalez de Gómez (2012, p. 43), o "*regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos referenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância*".

[10] O conceito de regime de informação surgiu com as pesquisas de Bern Frohman (1995) e avançou no campo conceitual com Gonzalez de Gomez (1996).

ou seja, por processos de produção, transformação, luta e resistência de verdades que atuam sob um campo de poder onde as diversas verdades emergem. Já os regimes de informação não atuam sob a forma da verdade, mas da enunciação enquanto ato de informar, controlar e gerir ações. Neste viés, o conceito de "regime de informação" dissocia-se do conceito de "regime de verdade" ao se colocar como alimentador, favorecedor ou fonte para a elaboração dos regimes de verdade que, por sua vez, articulam-se num conjunto decididamente heterogêneo de informações, enunciados e poderes os quais formam e normatizam vontades e veracidades.

Algumas diferenças situam-se nessa relação entre regime *versus* dispositivo, sobretudo na abrangência da noção de "dispositivo" o qual envolve aspectos definidos dos três elementos do eixo do pensamento de Michel Foucault: saber, poder e subjetividade. Gonzalez de Gómez (1996), por sua vez, afirma que a principal característica de um "dispositivo de informação" é a sua capacidade de penetração, o que lhe confere o caráter de **"**dispositivo" de "dispositivos", ou seja: um dos elementos fundamentais e constituintes de diversos outros dispositivos.

Ainda segundo Gonzalez de Gomez (2003)**,** o elemento *informação* somente pode ser compreendido no campo da Ciência da Informação se a ele estiver vinculado uma qualificação que se encontra relacionada com ações de informação, atores, contextos e regimes de informação. A informação configura-se, então, como nomeação ou semantização das coisas no mundo, sejam elas criadas ou não pelo homem. Contudo, esses elementos de informação não podem ser tidos como uma verdade ou discurso equivalente, mas sempre como uma vontade de verdade, ou neste caso, como uma "vontade de informação". Destarte, em um estudo que se pretende entender a informação como dispositivo, as condições históricas de proveniência e as suas relações entre os elementos do saber, poder e subjetividade devem ser consideradas nas instâncias da investigação, já que os dispositivos por mais que se apresentem ou pretendam ser compreendidos como elemento técnico e estratégico são na realidade definidos por suas condições de linguagem e historicidade.

O VIR A SER: MEMÓRIA

Na tentativa de corrigir a compreensão de que o passado no momento em que é tomado enquanto passado deixa de existir, ou no mínimo coloca-se em lugar distante de ser

alcançado, Deleuze realiza uma compreensão da filosofia bergsoniana recorrendo a um aspecto ontológico, afirmando que o passado simplesmente 'É', mesmo que tenha deixado de ser útil, já que:

> não se trata de dizer que ele "era", pois ele é o em-si do ser e a forma sob a qual o ser se conserva em si (por oposição ao presente, que é a forma sob a qual o ser se consome e se põe fora de si). (DELEUZE, 2012, p. 46).

Este cenário conduz a compreensão da memória cindida entre "memória-hábito" e "memória-lembrança". Ambas estariam envolvidas em um movimento contínuo de marcados por saltos, ou seja: realizando passagens de um passado geral, tendo em vista que "a imagem pura e simples só me reportará ao passado se foi efetivamente no passado que fui buscá-la". (BERGSON, 2006, p. 158). Enquanto a memória-hábito encontra-se alicerçada no desempenho automático de atividades, sejam elas físicas, mentais ou sociais, como por exemplo andar de bicicleta, escovar os dentes. A memória-lembrança, por oposição, situa-se num estado de movimentação, flexibilização e mutação devido à sua relação com a consciência e o espírito.

Nessa abordagem, pode-se refutar, do ponto de vista da memória, o princípio cronológico de uma memória envolvida em três tempos, sendo eles: o passado enquanto referência, o presente enquanto vontade e o futuro enquanto desejo e incógnita. Existindo apenas o passado, dividido entre o passado geral das coisas acontecidas e o passado-presente das coisas em devir. Assim, "é do presente que é preciso dizer, a cada instante, que ele 'era' e, do passado, é preciso dizer que ele 'é', que ele é eternamente, o tempo todo". (DELEUZE, 2012, p. 46).

Assim sendo, a memória será vista por Bergson (2006) como um conjunto de imagens fixas e presentes, onde nada se perde, tudo se acumula, tudo é passível de acesso e representações conscientes. Situa-se independente do cérebro, que também enquanto imagem será o responsável pelas funções instrumentais, de filtro e mediação das lembranças. Como imagem, a memória se conserva fora do corpo e por tal condição é capaz de permanecer estável e se ampliar, de modo que caso pertencesse ao campo da matéria, ou seja, no cérebro, esta não seria capaz de se manter em estado puro, pois, admitindo:

> Por um instante que o passado sobreviva no estado de lembrança armazenada no cérebro. Será preciso então que o cérebro, para conservar a lembrança, conserve pelo menos a si mesmo. Mas este cérebro, enquanto imagem estendida no espaço, nunca ocupa mais que o momento presente; ele constitui, com o restante do universo material, um corte incessantemente renovado do devir universal. (BERGSON, 2006, p, 174).

Neste caso, o presente se prostra diante do tempo como sendo a ligação entre o passado e o futuro, logo é perceptível de que "o presente do passado é a memória". (AGOSTINHO, 2001, p. 305). No entanto, esse passado é, antes de tudo, uma construção do homem no seu tempo e no seu espaço através das influências e confluências das relações de poder existentes entre os próprios homens. Assim sendo, a memória é tida por Maurice Halbwachs como de natureza coletiva, como resultado do envolvimento direto de pessoas no interior do grupo, já que se trata de um

> [...] processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém. (HALBWACHS, 2002, p, 2, tradução nossa)[11].

Do ponto de vista da composição da memória e de seus elementos, Michel Pollak (1992) aponta para três elementos constitutivos da memória: o acontecimento, o personagem e o lugar. Os acontecimentos podem ser divididos em individuais ou coletivos constituindo-se naquilo que podemos chamar de efeito social de produção, seja ele herdado ou não. Os exemplos para esse elemento são as datas comemorativas, para os casos da memória coletiva, que tomadas a partir de acontecimentos singularizam-se mediante o estabelecimento de uma data, uma memória, ou ainda uma anotação em diário, compondo uma referência de memória individual. Enquanto efeito social de produção, os acontecimentos remetem à participação de sujeitos (personagens) nesse exercício político e estratégico de constituição de memórias, já que podemos afirmar que não existe memória sem sujeito; os personagens envolvidos diretamente e aqueles sequenciados ou tomados indiretamente "por tabela" na construção da memória. O terceiro elemento, lugares, é compreendido como referências ou pontos de identificação da memória, podendo ser novamente da ordem individual ou coletiva. Toda essa constituição se dá mediante sua relação estreita com o poder, que é a seletividade, ou seja: "poder de separar aquilo que deve ser preservado, como lembrança importante, daqueles fatos e vivências que podem e devem ser descartados" (SIMSON, 2003, p. 15).

A memória assim é sempre evocada em decorrência de uma necessidade do presente, a partir da existência de lembranças. Essa característica organiza, estrutura e enquadra a memória a partir de princípios e vontades políticas não necessariamente vinculadas exclusivamente à ordem daquilo que é oficial ou geral, mas também daquilo que é marginal e

[11] La memoria colectiva es el proceso social de reconstrucción del pasado vivido y experimentado por un determinado grupo, comunidad o sociedad. Este pasado vivido es distinto a la historia, la cual se refiere más bien ala serie de fechas y eventos registrados, como datos y como hechos, independientemente de si éstos han sido sentidos y experimentados por alguien. (HALBWACHS, 2002, p, 2).

secundário, fazendo com que a memória seja um fenômeno construído consciente ou inconsciente (POLLAK, 1992).

O tempo presente, desse modo é o tempo sensório-motor do corpo; é o tempo das ações em vias de busca no passado para uma projeção de presente. A memória é aquela que envolvida em uma trama de relações sociais e de perspectivas simétricas com dispositivos de regulação, autorização e controle do discurso e de práticas e informações capaz de representar de diversos pontos, ângulos e limites aquilo que é e foi criado, concebido e manipulado como sendo o passado de um grupo social através de um discurso de verdade[12].

O VIR FAZER: ARQUIVO

O que sustentaria e objetivaria as práticas arquivísticas seria o primado enunciativo da classificação, o qual segundo Foucault ter-se-ia iniciado nos gabinetes de história natural. Tais práticas metodológicas propiciaram a emergência de espaços de classificação das "palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos [...]" FOUCAULT, 1981, p, 245), que, por sua vez, deram abertura para as novas instituições modernas - arquivos, bibliotecas e museus - responsáveis pelo "estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários [...] *como* uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos". (Ibdem, p. 245-246 *grifo nosso*). A partir desses pressupostos, Brothman (1991, p. 82) afirma que as:

> instituições arquivísticas, então, incorporam uma vocação social, para criar um espaço especial em que uma determinada ordem de valores prevaleça. As instituições que contêm documentos de arquivo ocupam um espaço alocado dentro e por uma ordem social circundante.

Um dos princípios destacados na arquivística pelos teóricos é o processo de "Avaliação". Tal processo, segundo Cook (2003) permite aos arquivistas decidirem sobre o que será lembrado e esquecido em matéria de informação e memória. Nessa perspectiva, o conceito de "pulsão de morte", apropriado do pensamento freudiano e articulado com a ideia de Arquivo, por Derrida (2001) assinala e assemelha a característica criativa (vida) e destrutiva (morte) do fazer arquivístico, atuando de maneira silenciosa, sem deixar rastros ou arquivos de sua destruição, nos arquivos. A "pulsão de morte" pode, então, ser relacionada com a dicotomia memória/esquecimento dos arquivos já que reside na memória uma força (pulsão) que a destina, muitas vezes voltada para o esquecimento. Em muitos casos, essa

[12] "Verdade", compreendida através de Foucault como Regimes de Verdade, atuando no entendimento das transformações dos processos que conferem em um determinado momento um estatuto de verdade a determinadas práticas, estabelecendo-se estágios de governo e governança.

pulsão atua na destruição total da memória através do esquecimento, pois sem deixar rastros, documentos (conceito ampliado até mesmo ao psíquico e ao corpo) e arquivos, ela anula por completo a existência da memória (DERRIDA, 2001, p. 22).

A partir dessa premissa, Derrida assinala a atuação paradoxal do arquivo que ao atuar sob a forma da repetição, o faz não somente para a sua permanência, mas também para a sua destruição: "o arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo". (DERRIDA, 2001, p. 23). Trata-se de mudanças de função ou intenção tendo em vista que o conteúdo dos arquivos já estava posto. A sua função (ou "pulsão de morte") faz com que algumas informações desapareçam dando ênfase a outras. Os arquivistas, consequentemente, são instrumentos de agência[13] no sentido de criar, destruir, modificar, atualizar, multiplicar sentidos e informações com base em teorias, técnicas e vontades políticas, já que é comum à sociedade a capacidade de criação e destruição de valores.

Considerando o arquivo como o efeito de uma vontade, denominada aqui de *vontade de arquivo*, diversos aspectos entram no jogo dos desejos e dos prazeres em sua composição, como os elementos enunciativos e as relações de poder, fazendo com que toda sua composição seja tomada a partir de uma leitura e escrita consciente dos arquivos. O documento, por conseguinte, "não é matéria-prima objetiva e inocente, mas expressa o poder que a sociedade tinha no passado (ou tem no presente) sobre a memória e sobre o futuro [...]" (LE GOFF, 1990, p. 10). O arquivo, assim emprega processos de territorialização e/ou desterritorialização onde a objetividade não reside, nem muito menos a neutralidade.

Nesse sentido, o arquivo encontra-se atrelado a duas vontades: uma eminentemente técnica-aplicada e outra eminentemente governamental. Pois, "os arquivos — sejam como conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado — constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico". (JARDIM, 1999, p. 47). Neste aspecto, se considerarmos a hibridização, o arquivo será ao mesmo tempo técnico e político, como também tático e acional. Construídos e selecionados pelos sujeitos que definem por suas características de elaboração (temporais e territoriais), os arquivos constituem-se em conjunto de "enunciados" que, elaborados na condição de "dispositivos de informação" na sociedade contemporânea, atuam a partir e para constituições de saberes[14] definidores da vida e da morte dos documentos, informações e memórias.

---

[13] Agência tal como utilizada por Gilles Deleuze a partir da compreensão de que se trata de tentativas sucedidas ou não de construir "[...] algo capaz de fazer algo, de produzir um efeito". (BAUGH, 2000, p. 52).

[14] Na concepção de Foucault (2009), o arquivo é um conjunto de saberes.

Ao optar pela governança, percebe-se a ruptura e a determinação política que envolverão os arquivos a partir do conceito da Macroavaliação que desenvolvido por Terry Cook denota um procedimento de avaliação arquivistica funcional-estrutural pautada no valor social, contextual e local de produção e uso dos registros informacionais por parte dos criadores e a sua inter-relação com os cidadãos, grupos e organizações (COOK, 2006, p.01). Dessa forma é possível aproximarmos o conceito de Macroavaliação da noção de governamentalidade postulada por Foucault, considerando que o primeiro enseja os arquivos como motivações e reflexos de ações ocultas e visíveis, ao passo que a governamentalidade atuará como efeito dessas ações, agindo diretamente sobre o humano com objetivo de conduzi-lo na gestão da vida a partir das informações e documentos de arquivo. Caberia à Ciência da Informação, consequentemente, e em especial à Arquivística, observar o fenômeno "arquivos" enquanto elemento de "dispositivo de informação", que atua na execução de práticas de governamentalidade.

Portanto, o arquivo será sempre um elemento disperso e descontínuo, possuidor de uma história, raro e ao mesmo tempo singular. Aquilo que o constituiria, contudo, é um princípio de ação. Ação esta possuidora de uma intencionalidade que cria documenta, arquiva, preserva, guarda e utiliza-se informação. Por esse princípio os arquivos configuram-se enquanto resultados de uma vontade de arquivar e encontram-se atrelados aos aspectos da administração burocrática estatal, multiplicando-se não somente em gêneros e números, mas, sobretudo, em novas formas de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de "dispositivo" nas configurações que condicionam os modos de ocultação e visibilidade do discursivo e do não-discursivo estabelecem as condições relativas ao processamento e acesso aos arquivos, a informação e a memória em associação com os "dispositivos de informação". Este último faculta entender as dinâmicas do fenômeno informação nas construções da memória social desenvolvidas no interior dos espaços arquivísticos.

Os dispositivos de informação, atuam sob condições múltiplas, e os arquivos como instrumentos de agenciamento para execução e criação dos dispositivos de memória coletiva e/ou social. Os quadros da memória, desse modo, constituem-se "dispositivos" compostos por discursos de verdade constituídos de um conjunto de regras voltadas para a emergência em uma determinada época de um tipo específico de discurso que atua sobre os homens, tornando-os sujeitos de um certo tipo de memória. A memória configura-se, portanto a partir de um permanente agenciamento sobre determinados "dispositivos". Assim considerando, os arquivos cumpririam um papel fundamental na sociedade, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos da governamentalidade das sociedades de controle. Logo, a interrelação arquivo-memória possui como resultado, nesse caso especifico, a constituição de um saber, um poder e um certo tipo de sujeito.

A Ciência da Informação, lançando mão, portanto, de heterogêneas disciplinas permite analisar as múltiplas relações que se estabelecem a partir da confluência do fenômeno informação com a memória. Assim, informação, memória e arquivo não são unicamente a reconstrução do passado de um dado grupo social, mas estabelecem as influências e confluências das relações de poder na atualidade e no devir. Dessa maneira, importa, sobretudo, perceber as relações políticas e as concepções táticas que envolvem todos esses fenômenos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

BAUGH, B. How Deleuze Can Help us Make Literature Work. In: BUCHANAN, I.;

BERGSON, H. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAMAN. S. Defining Information: an approach for policymakers. In: **Telecommunications Policy**, v. 13, n. 3, september 1989.

_____. Tactical memory: the politics of openness in the construction of memory. In: **First Monday**, v. 11, n. 7, 2006.

BROTHMAN. B. Orders of Value: probing the theoretical terms of archival practice. In: **Archivaria**, n. 32, Summer 1991.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

COOK. T. Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. In: **Archival Science**, 5, 2005.

_____. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. In: **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 2-27, jul./dez. 2012.

DELEUZE, G. ¿Qué es un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

_____. **Deux régimes de fous**. Textes et entretiens 1975-1995. Edição preparada por David Lapoujade. Paris: Les Éditions de Minut, 2003.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FANLO, L. G. ¿Qué es un dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben. In: A Parte Rei. **Revista de Filosofia**, v. 74, marzo 2011.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **A arqueologia do saber**, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronuciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª ed. Editora Loyola. São Paulo: 2009b.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009c.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

_____. **Governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1984). São Paulo: Martins Fontes. São Paulo: 2010b.

_____. **Governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Organização de Nildo Avelino. São Paulo – Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE**, 23, 1995, Edmonton, Alberta. Proceeddings... Alberta, 1995.

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

GONZALÉZ DE GÓMEZ, M. N. de. Da organização do conhecimento às políticas de informação**. INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.58-66, 1996.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos,** João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France: Nouvelle édition, p. 299, 1952.

_____. Fragmentos de la memoria colectiva. Seleção e tradução de Miguel Angel Aguilar. **Athenea Digital**, n. 2, otoño 2002.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEIDEGGER, M. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995.

_____. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado? In: **Proj. História**, São Paulo, v. 17, novembro de 1998.

PEIXOTO. M. C. L; OLIVEIRA. D. P. Da reminiscência platônica à construção em análise: um estudo sobre a memória freudiana. **Aletheia**, Canoas, RS, n. 38-39, dezembro de 2012.

PEREIRA. I. M. L.; CHAGAS, P. D. Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. **Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista** v. 3, n. 2, p. 319-331, jul./dez. 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social: estudos históricos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Novade Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. v. 1, 2005, p. 129-133.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA. E. P. DA. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 6, 2003.

WILKE. V. C. L. **O dispositivo informacional**: sobre informação, estado e poder na contemporaneidade a partir do contexto das políticas públicas de inclusão digital do governo federal brasileiro. 2009. Tese (Doutorado Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Niterói, Rio de Janeiro, 2009.